

Financiamento para o Desenvolvimento

A captura do desenvolvimento por interesses corporativos na ONU

Dívida, investimento estrangeiro direto, fluxos ilícitos e tributação internacional, entre outros temas fundamentais em tempos de crise estão sendo discutidos esta semana no contexto da última negociação antes da cúpula de alto nível da III Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento das Nações Unidas, que será realizada de 13 a 16 de julho na capital etíope de Adís Abeba. Uma onda privatizante do financiamento para o desenvolvimento está a vista, a qual aprofundará as desigualdades na repartição da riqueza em nível mundial.

Nos últimos dez anos, mais de um trilhão de dólares saíram da América Latina e Caribe na qualidade de Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI). Contrariamente ao que se poderia pensar, mais de 80% de toda essa fuga de dinheiro corresponde a atividades comerciais, ou seja, têm a ver com práticas de elisão, evasão e fraude tributária de grandes corporações. O resto corresponde à corrupção e o crime organizado.

Se toda essa massa monetária servisse para financiar o desenvolvimento sustentável da região, se poderia reduzir significativamente suas profundas desigualdades, sem depender tanto das fontes externas de financiamento. Basta dizer que esse saque supera a soma do Investimento Direto Estrangeiro com a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). É por isso que a cúpula de Adís Abeba é tão importante, já que deve alcançar um acordo coerente em matéria de financiamento para o desenvolvimento dos países do sul.

Lamentavelmente, tudo indica que, em lugar de abordar essa agenda de maneira decisiva, muitos dos blocos dos países mais poderosos do planeta - que seguem afetados pelas crises fiscais - veem em Adís Abeba a oportunidade de que suas grandes empresas privadas façam novos negócios. Quer dizer, converter o processo de Financiamento para o Desenvolvimento (FpD) das Nações Unidas em um mecanismo para sair da sua própria crise.

Essa aposta por privatizar o desenvolvimento implica que os fluxos de AOD sejam destinados ao setor privado, em lugar de ir diretamente aos projetos de desenvolvimento. Também, que se consagrem os esquemas de Parcerias Público-Privadas (PPPs), especialmente em infra-estrutura mas também em serviços, como a solução para a crise global. Mobilizar recursos públicos para alavancar investimento privado significa transferir o risco do setor privado ao público, quer dizer, aos contribuintes, e gerar novos riscos de endividamento público.

Para ninguém é um segredo que as PPPs têm um enfoque de lucro, diferentemente do enfoque de direitos humanos, igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental, territorialidade e interculturalidade que devem estar presentes na hora de executar projetos de infra-estrutura. Pois o desenvolvimento é mais que cimento, e os países em desenvolvimento, incluídos os da Comunidade de Estados Latinoamericanos y Caribenhos (CELAC) tem isso bem claro, pois seguem sustentando, semana após semana na Organização das Nações Unidas (ONU), que o desenvolvimento é antes de tudo um assunto do setor público.

O "FpD" é o único processo global no qual todos os países do mundo têm voz própria para revisar as regras econômicas e financeiras internacionais com o mandato explícito de fomentar o desenvolvimento dos países do Sul. Desta forma, se deve impedir que este termine sendo assaltado pelos interesses privados, relegando a um segundo plano os

temas centrais, como a reforma da arquitetura financeira global, a neutralização dos “fundos abutres”, o imposto sobre as transações financeiras e o fim dos paraísos fiscais.

É possível que o único aporte de Adís Abeba seja o acordo para estabelecer um espaço multilateral para regular a tributação internacional e abrir essa discussão chave, que hoje se concentra somente nas mãos de 34 países ricos integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Neste momento, a sociedade civil internacional, que acaba de lançar uma campanha global para “Que as Transnacionais Paguem o Justo”, aparece unida aos países do Sul nas negociações para defender a criação de uma iniciativa mundial, com um amplo mandato, que trate dos incentivos tributários, evasão e elisão das corporações e grandes riquezas, e transparência e intercâmbio de informação. Apesar disso, até hoje os países membros da OCDE – onde está a maior parte das transnacionais - não estão dispostos a compartilhar o espaço. Sua oposição é tão forte nas negociações que essas só poderiam ser resolvidas na mesa dos ministros em Adís Abeba.

Ademais, um desafio central está na última cúpula do FpD. É evidente que vários países desenvolvidos querem acabar com esse processo, nascido em inícios do século XXI como uma conquista histórica do mundo em desenvolvimento e liderado pela região latinoamericana, como espaço político onde se renegociam constantemente as regras do jogo.

Se está claro que o FpD quer ser marcado pela implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), pela continuação e ampliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de nenhuma maneira se deve aceitar que o FpD termine reduzido a uma espécie de *Think Tank* financeiro da luta contra a pobreza, tirando-lhe todo o perfil político de reformas econômicas mais amplas em favor do desenvolvimento sustentável. Em tal sentido, os representantes latinoamericanos de mais alto nível devem ir a Adís Abeba para defender o espaço do FpD como ferramenta política.

Em um contexto de rebilaterização das relações internacionais, 2015 poderia ficar para a história como o ano do multilateralismo, quando os líderes dos 194 países do mundo vão discutir, no marco da ONU, toda a agenda Pós 2015 das próximas décadas: os recursos econômicos para o desenvolvimento em Adís Abeba em julho (FpD) e a luta por uma visão integral do desenvolvimento em Nova York em setembro (ODS), para terminar com um acordo eficaz para enfrentar a mudança climática em Paris em dezembro (COP21).

A Conferência de Adís Abeba deve marcar o ritmo dos futuros acontecimentos, e os países da região têm que agir ativamente para gerar mudanças globais mais além da conjuntura atual. Se trata nada menos que do futuro da humanidade. Isso que está em jogo.

Se Adís Abeba se circunscreve a financiar somente os ODS privilegiando as PPPs em geral privatizando o desenvolvimento, então o multilateralismo vai desaparecer em favor dos “fundos abutres”, a financeirização das economias e o domínio das corporações. Os temas econômicos que estão por trás do FpD requerem a renovação das propostas e de uma estratégia de implementação sólida mais além de julho, e isso não pode ficar somente nas mãos dos países do Sul.

Em nossa região, tudo dependerá da cidadania atenta e da mobilização da sociedade civil e movimentos sociais frente ao perigo da captura da ONU e da agenda do desenvolvimento por parte de interesses corporativos. Faltam seis semanas.

Katuska King, Economista, ex Ministra Coordenadora da Política Econômica do Equador

Miguel Santibañez, Coordenador Regional da campanha “Beyond 2015” na América Latina

Ana Tallada, Presidenta da Rede Latinoamericana sobre Dívida, Desenvolvimento e Direitos - LATINDADD

Óscar Ugarteche, Economista, Universidade Nacional Autônoma do México - UNAM.

Tradução: Rodrigo Ávila